

A IMPORTÂNCIA DA ÉTICA PARA A GESTÃO DA ÁGUA

Shelly Biesel
Donald R. Nelson

1. INTRODUÇÃO

As estruturas e decisões de gestão da água refletem considerações éticas, quer estejamos conscientes disso ou não (BROWN e SCHMIDT, 2010; GROENFELDT, 2013). Para muitos, a gestão da água representa um conjunto de instituições, regulamentações e atividades firmemente enraizadas em um paradigma técnico e científico. Como resultado, há um forte viés de deixar a gestão da água para os especialistas. Enquanto as pessoas tiverem água suficiente de qualidade aceitável para manter o bem-estar, a maioria não pensa duas vezes nessa abordagem de gestão. No entanto, o desenho dos sistemas de gestão da água e os valores subjacentes à tomada de decisão englobam uma riqueza de considerações éticas, frequentemente implícitas na discussão e ação (GROENFELDT, 2010), guiando nossas decisões sem qualquer consciência de nossa parte (HOURDEQUIN, 2015). Sistemas de gerenciamento de água estão sob crescente pressão. Cidades em todo o mundo demonstram crescentes desigualdades no acesso à água e as mudanças climáticas influenciam a quantidade de água disponível para consumo humano e não humano (BURKE, 2016; CISNEROS et al., 2014; EAKIN et al., 2017). É cada vez mais evidente que o modo como administramos a água não está mais funcionando. Uma consideração explícita da ética, ou dos sistemas de valores que guiam os julgamentos e decisões, é uma maneira de começar a lidar com as deficiências atuais, dando espaço para reavaliar as opções de gestão e promover práticas mais sustentáveis e equitativas (DANIELL et al., 2009; GROENFELDT e SCHMIDT, 2013; HOURDEQUIN, 2015).

Ética é um “sistema coerente de valor” (GROENFELDT, 2013), onde os valores são os critérios que cada pessoa detém e que orientam sua avaliação, julgamento e atitudes sobre os fenômenos (ROKEACH, 2008). A ética nos diz como devemos nos comportar em determinadas circunstâncias. Ela nos ajuda a definir metas e objetivos adequados e a definir caminhos aceitáveis para chegar lá. Assim, a ética diz respeito ao comportamento e à aplicação (GROENFELDT e SCHMIDT, 2013) e tem implicações de longo alcance na definição e distribuição de riscos, benefícios e responsabilidades associados às decisões de gestão da água (DOORN, 2014). A ética relacionada à água engloba uma gama extremamente ampla de valores (BROWN e SCHMIDT, 2010; DOORN, 2013), muitos dos quais não estão diretamente relacionados ao próprio recurso. Por exemplo, os valores sustentam as opiniões sobre se as decisões relativas à gestão de recursos naturais devem ou não ser baseadas apenas em informações científicas ou se devem basear-se na implementação de princípios democráticos que incorporem opiniões divergentes de *stakeholders* (PRISCOLI, 2004). Embora alguns autores

categorizem a ética da água de forma diferente (BROWN e SCHMIDT, 2010; GROENFELDT e SCHMIDT, 2013), todos eles consideram aspectos semelhantes, incluindo componentes sociais, culturais, econômicos e ambientais. Estes são desenvolvidos na seção seguinte do capítulo.

Os indivíduos detêm múltiplos valores que podem entrar em conflito entre si, dando origem a potenciais contradições na avaliação de objetivos e decisões (IORIS, 2013). Por exemplo, as pessoas que lutam para satisfazer as necessidades diárias de água podem dar prioridade ao consumo humano, embora possam se apegar fortemente a uma ética que valorize a vida não humana. A relação entre valores e ética e a experiência vivida é evidente. Além disso, como os sistemas sociopolíticos modelam a experiência vivida, eles também estão implicados no surgimento de valores e da ética (DANIELL et al., 2009). Assim, assim como as sociedades e as culturas são dinâmicas, a ética também muda, mudando com o tempo à medida que as experiências e os valores mudam. A natureza dinâmica conflitiva dos valores e da ética, em vez de nos fazer tremer as mãos em frustração, pode fornecer a esperança de que nós, como sociedade, podemos nos unir para reavaliar a maneira como administramos a água e identificar práticas mais sustentáveis. (HOURDEQUIN, 2015).

A insegurança hídrica contemporânea e o espectro da escassez futura expõem os dilemas éticos nas atuais estruturas de gestão. Esses riscos tangíveis estão na vanguarda dos debates globais em contextos locais, nos quais os valores da água são frequentemente contrastados entre os valores da eficiência econômica e os dos direitos humanos e da equidade (PRADHAN e MEINZEN-DICK, 2010). Mas, na verdade, esses debates também abrem espaço para discussões éticas mais amplas. No Nordeste do Brasil, por exemplo, eles trazem para a frente debates sobre o valor e o privilégio do conhecimento científico, a escala na qual a água deve ser gerenciada, as definições de utilidade, qualidade e quantidade, entre muitas outras. A recente seca plurianual - em que muitos sistemas municipais de abastecimento de água se fecharam e outros estão em estágios críticos, nos quais as transferências entre bacias são a salvação de alguns e a ruína de outros, nas quais as populações urbanas e rurais se sentem em concorrência um com os outros e com os ecossistemas - ressalta a real necessidade de revisitar algumas das subjacentes e implícitas éticas que guiam o sistema. O restante deste capítulo explora em profundidade a gama de ética relacionada à água para trazer consciência de como o gerenciamento da água as decisões são imbuídas de valores e como sua consideração explícita pode levar a resultados mais justos e sustentáveis.

2. VALORES NA GOVERNANÇA DA ÁGUA

Os valores da água estão imbuídos nos regimes de gestão da água em contextos sociopolíticos específicos e, portanto, são profundamente significativos para as experiências vividas. Através da identificação de diferentes conjuntos de

valores, podemos entender melhor a distribuição de benefícios e riscos dentro dos paradigmas de gestão. Esta seção considera como a gestão de recursos hídricos e as estratégias de governança se baseiam em valores de água econômicos, sociais, culturais e/ou ambientais implícitos ou explícitos (GROENFELDT, 2013). Valores econômicos dentro da gestão da água são aqueles que priorizam os ganhos econômicos (capital, indústria, emprego, PIB) dentro dos sistemas de gestão. Os valores sociais informam a alocação e o gerenciamento da água para uso social da água (inclusive residencial). Valores culturais são as crenças e padrões culturais que moldam os diversos significados e usos da água. Finalmente, os valores ambientais são valores que priorizam as necessidades de água para o sustento ecológico. Esses compromissos éticos estão profundamente inter-relacionados, mas serão separados com o propósito de esclarecer como cada sistema de valores pode moldar abordagens abrangentes para a governança da água e levar a resultados diversos (GROENFELDT, 2013).

3. VALORES ECONÔMICOS

Os valores econômicos e a ética informam muito da gestão contemporânea da água. Valores econômicos são valores que priorizam a geração de capital na alocação e uso de recursos hídricos. Um exemplo da priorização da ética econômica dentro da governança da água é uma estratégia de governança onde as indústrias podem poluir as fontes de água locais, mas os contribuintes pagam os custos do processamento da água para outros tipos de uso da água. Em contextos em que os usos econômicos da água são priorizados, geralmente considera-se que as indústrias fornecem benefícios de “gotejamento” para as comunidades por meio de emprego, PIB ou outros fatores. Como resultado, para garantir um clima de negócios competitivo, as comunidades geralmente permitem que a indústria polua as fontes de água dentro dos limites. Embora a geração de renda para as comunidades possa ser benéfica, a priorização dos valores econômicos em relação a outros tipos de valores pode criar problemas para as comunidades, como os sistemas de água mal gerenciados. Além disso, os custos de limpeza e processamento de água são muitas vezes externalizados e transferidos para as próprias comunidades. Valores econômicos institucionalizados podem entrar em conflito com valores sociais que enfatizam o uso pessoal / comunitário dos recursos hídricos, bem como valores culturais e ambientais da água (GROENFELDT, 2013).

A filosofia de desenvolvimento modernista, ou a noção de que as intervenções científicas e tecnológicas são a melhor maneira de maximizar os benefícios dos recursos naturais, informaram muito sobre o desenvolvimento global da água na era pós-Segunda Guerra Mundial (PEET e HARTWICK, 2015; SCHMIDT e SHRUBSOLE, 2013). Supõe-se que o modernismo seja senso comum ou óbvio, ou seja, valor neutro. Pelo contrário, o desenvolvimento moderno da água tende a valorizar a economia em detrimento de outros usos da água (SCHMIDT e SHRUBSOLE, 2013). A priorização dos usos econômicos pode

ter consequências negativas que impactam desproporcionalmente as populações vulneráveis, levando a várias escalas de conflito hídrico (GROENFELDT, 2010). Por exemplo, nos Estados Unidos, o movimento de justiça ambiental demonstrou o desproporcional impacto que as comunidades de cor têm em lidar com o desperdício de água tóxica (BULLARD, 2000; MILMAN, 2017). Na região amazônica do Brasil, os valores contestados da água estão no centro das controvérsias em torno da hidrelétrica de Belo Monte. A represa é prometida para fornecer benefícios econômicos na forma de empregos para residentes locais e bilhões de dólares para construção e outras empresas de desenvolvimento. No entanto, os benefícios econômicos são alcançados às custas da degradação das ecologias locais e da desapropriação das comunidades indígenas e de seu modo habitual de vida. E, no entanto, os conflitos ambientais relacionados à água não são apenas entre comunidades e projetos de mega-desenvolvimento, mas também podem ocorrer dentro das famílias. Estudiosos feministas demonstraram como o acesso e uso de recursos é altamente relacionado a gênero, assim como as experiências emocionais e incorporadas da degradação ecológica (SULTANA, 2011, 2015). Com base em pesquisas etnográficas em Bangladesh, Sultana (2011, 2015) argumenta que “geografias emocionais de acesso, uso, controle e conflito de água mediam as maneiras pelas quais a água afeta todas as vidas em lugares de escassez de água” (SULTANA, 2015, p. 643). Como as mulheres são as principais responsáveis pela aquisição de água para uso doméstico, quando a escassez de água impede que as mulheres cumpram suas obrigações domésticas, as mulheres estão sujeitas a vários graus de humilhação e punição (SULTANA 2011, 2015). O conflito entre os agregados familiares e os conflitos familiares (SULTANA, 2015) pode ilustrar a necessidade de considerar como as relações de poder desiguais, específicas do contexto, podem moldar os conflitos na água domésticos e na comunidade.

A priorização dos valores econômicos também significou que as preocupações econômicas historicamente moldaram os discursos e debates sobre a escassez de água (GROENFELDT, 2013). Os discursos sobre escassez geralmente retratam os desafios da disponibilidade de água como uma questão de demanda excessiva ou de oferta insuficiente (GROENFELDT, 2013: 14). Mas há ambiguidades nos discursos sobre a escassez de água e nos debates públicos (GROENFELDT, 2013). Por exemplo, a escassez é frequentemente presumida como falta de recursos (problema de oferta), quando pode ser que os recursos estejam sendo mal administrados ou distribuídos de forma desigual (problema de demanda) (GROENFELDT, 2013). Além disso, os discursos sobre escassez costumam dizer pouco sobre que tipos de usos da água são ameaçados. A escassez significa que os usuários ricos não podem encher suas piscinas? Ou a escassez significa que os moradores pobres não conseguem obter água potável? Discursos que implantam a escassez de água precisam ser muito específicos sobre por que e para quem a água é escassa. Quando os valores econômicos são priorizados, a escassez pode se referir ao uso desinibido da água para fins industriais, o que é muito diferente da escassez para as necessidades básicas (GROENFELDT, 2013).

4. VALORES SOCIAIS

Para equilibrar as necessidades econômicas e sociais da água, as sociedades implementaram historicamente diferentes métodos para reter e alocar água, ou estratégias de governança da água. Durante grande parte dos últimos dois séculos, o paradigma predominante de gerenciamento de água tem sido variações de comando e controle (GROENFELDT, 2010: 576). Comando e controle refere-se às tentativas de usar a infraestrutura para represar ou capturar e / ou simplificar grandes quantidades de água para uso industrial e de consumo. Este método tem como premissa a ideia de que o controle das fontes de água permite um uso mais benéfico da água. No entanto, isso geralmente significa um uso economicamente benéfico da água, já que o represamento da água deslocou as populações à força e alterou drasticamente as bacias hidrográficas globais. Outra estratégia tem aplicado a filosofia econômica neoliberal à governança da água. Onde implementada, a neoliberalização da água significou reconfigurar a água de um recurso comum para uma commodity privada. As prescrições da política neoliberal do Banco Mundial durante as décadas de 1980 e 1990 pressionaram a cidade de Cochabamba, na Bolívia, a privatizar a água em 1999. Os preços inflacionários resultantes instigaram uma guerra de água entre civis e policiais, resultando na morte de um civil. Por fim, chegou-se a um acordo para reverter os esforços de privatização.

As falhas de comando e controle e a governança neoliberal da água inspiraram uma série de abordagens alternativas para a governança da água (GROENFELDT, 2010; SCHMIDT e SHRUBSOLE, 2013). Embora a privatização tenha como premissa a crença de que a água é uma commodity, outros argumentam que a necessidade da água pela vida a torna um direito humano fundamental (PRADHAN e MEINZEN-DICK, 2010). Aqueles que defendem uma abordagem baseada em direitos para a governança da água tendem a acreditar que a água deve ser gerenciada por comunidades e nações, em vez de empresas (PRADHAN e MEINZEN-DICK, 2010). No entanto, outros estudiosos criticaram a abordagem baseada em direitos por estar intimamente associada ao individualismo e aos direitos de propriedade privada (SCHMIDT e MITCHELL, 2014). Essas abordagens tendem a advogar pelos “recursos hídricos comuns”, mas negligenciam a teorização de como os bens comuns podem ser incomensuráveis com os direitos individualistas sobre a água. Schmidt e Mitchell (2014) clamam por uma concepção “agnóstica” dos bens comuns baseada em modelos de ecologia de sistemas complexos, onde o uso individual da água é substituído por uma gestão cooperativa que negocia entre uma gama de demanda hídrica humana e não humana (SCHMIDT e MITCHELL, 2014).

Outros interessados na gestão cooperativa da água adotaram uma abordagem de hidrossolidariedade (GERLAK et al., 2009; RAMÍREZ et al., 2016). Esta abordagem tem como premissa a inclusão de uma variedade de partes inte-

ressadas da comunidade, agência, corporações e estado (GERLAK et al., 2009; RAMÍREZ et al., 2016). Idealmente, cada uma dessas partes interessadas teria participação igual na governança da água. Como mencionado em outra parte deste livro, uma estratégia comum para a hidrossolidariedade tem sido a integração da Gestão Integrada de Recursos Hídricos (GIRH) na governança da água. Outras abordagens enfatizaram a governança participativa da água (DANIELL et al., 2009; PRISCOLI, 2004). A gestão participativa transfere a gestão da governança da água de abordagens “de cima para baixo” para a colaboração e participação da comunidade (PRISCOLI, 2004). Este método busca converter os usuários de água de receptores passivos de planejamento hídrico para produtores ativos de políticas e gestão da água (PRISCOLI, 2004). No entanto, o planejamento participativo não é isento de dificuldades, pois diferentes atores trazem diferentes compromissos éticos ao processo de planejamento e possuem habilidades diferenciadas para o avanço de seus próprios interesses (DANIELL et al., 2009).

5. VALORES CULTURAIS

As principais estratégias de governança da água negligenciaram amplamente os valores culturais. Os valores culturais estão relacionados a valores sociais e econômicos, mas referem-se especificamente a “[...] padrões culturais que conferem valor intrínseco ou extrínseco a sujeitos, objetos ou comportamentos e que delimitam a esfera da consideração moral” (GROENFELDT e SCHMIDT, 2013:13). Nem todo mundo compartilha os mesmos valores culturais, e os valores conflitantes são frequentemente negociados em um terreno de relações de poder desiguais. Por exemplo, o Banco Mundial e os povos indígenas tendem a ter padrões culturais diferentes que moldam suas respectivas éticas da água; e, no entanto, o Banco Mundial frequentemente tem mais poder para informar a governança global da água (GROENFELDT, 2013). Os valores da água indígena são profundamente importantes, mas tendem a ser marginalizados dentro da governança de água corrente (GROENFELDT, 2013). Os povos indígenas deixaram claro que as estratégias de gestão da água não devem ser explicadas apenas aos povos indígenas, mas sim que seus valores devem ser incorporados na governança da água (GROENFELDT, 2013; JACKSON, 2006). Embora diferindo entre os grupos indígenas, os povos indígenas tendem a honrar a importância da água para fins sócio-ecológicos, rituais, consuetudinários, cosmológicos e relacionais (BABIDGE, 2016; GROENFELDT, 2013; JACKSON, 2006). As relações entre nós e a água, e que são sustentadas na e pela água, compreendem um tema abrangente entre diversos valores indígenas (GROENFELDT, 2013:136-137). Groenfeldt (2013) descreve a ética da água centrada no relacionamento de forma muito clara:

Como seres humanos, estamos relacionados e temos responsabilidades pela água que foi desviada do rio e está fluindo para nossos campos. A água, por sua vez, e os espíritos do rio e da

água do canal, têm responsabilidades para conosco e para as plantas jovens nos campos que a água está a caminho de nutrir. Nas visões de mundo indígenas tradicionais (assim como na ciência ocidental da ecológica), O mundo está interconectado; não é dividido em silos de gestão de rios, manejo de irrigação e manejo agrícola, nem mesmo nos silos da agricultura e da religião. A ética da água com a qual podemos aprender, que oferece uma “tomada” diferente em nosso relacionamento com o mundo natural, é encontrada dentro das culturas normativas dos Povos Indígenas em todos os lugares. [GROENFELDT, 2013: 136-137]

E, no entanto, a institucionalização dos valores indígenas na governança da água tem sido difícil de realizar (JACKSON, 2006). Por exemplo, trabalhando com grupos aborígenes na Austrália, Jackson (2006) ilustra como as estratégias de governança que tentaram honrar a ética nativa através da proteção de locais sagrados falharam em grande medida ao não incorporar verdadeiramente os valores da água indígena. A separação dos valores científicos e indígenas nos processos de planejamento gerou algumas tensões entre os participantes (JACKSON, 2006). O conhecimento científico era a “fonte autorizada de conhecimento” na categoria “valores ambientais”; nenhum participante indígena foi envolvido na tomada de decisão científica ou ambiental (JACKSON, 2006: 27-28). A separação dos valores indígenas de outros componentes do processo de planejamento fez com que a ética da água indígena permanecesse marginalizada (JACKSON, 2006). Jackson sugere uma “perspectiva relacional sobre valores” que destaca como “os esforços de gestão indígena procuram sustentar e nutrir essas relações costumeiras e preferidas em vez de proteger lugares isolados” (2006: 28). Da mesma forma, Babidge (2016) distingue entre comunidades que valorizam mercadorias e aquelas em que a troca produz e sustenta relacionamentos (“ao invés de mais coisas”) (86). No deserto do Atacama, no Chile, o Atacameño valoriza as relações da água com o local onde existe e os laços sociais e espirituais com a água (BABIDGE, 2016). Mas eles também valorizam a água para atividades agrícolas e para oportunidades de participar de práticas de troca que sustentam laços sociais (BABIDGE, 2016). Assim, os valores indígenas da água desafiam os gestores da água a considerar como a água sustenta as relações entre as pessoas, as comunidades e o mundo não humano. No entanto, esses compromissos éticos muitas vezes não são comuns na governança global da água (GROENFELDT, 2013).

6. VALORES AMBIENTAIS

Como os valores culturais, historicamente, os valores ambientais têm sido amplamente ausentes dos paradigmas de gerenciamento de água tradicionais (AL-WESHAH et al., 2016; ARMSTRONG, 2006; GROENFELDT, 2010). No entanto, as preocupações ambientais são cada vez mais incorporadas nas es-

tratégias de governança sustentável da água (AL-WESHAH et al., 2016; ARMSTRONG, 2006; GROENFELDT, 2010). O conceito de ética ambiental na governança da água geralmente se refere à ideia de que a natureza tem direitos intrínsecos à água, além das necessidades humanas de água (PRADHAN e MEINZEN-DICK, 2010). Kopnina (2012) argumentou que as ciências sociais que se concentram nos valores humanos da água e nos compromissos éticos tendem a ser antropocêntricas, deixando de perceber como as necessidades críticas do ecossistema muitas vezes não estão relacionadas ao uso humano da água. Parte do que sustenta vieses antropocêntricos dentro das perspectivas das ciências sociais sobre a governança da água tem sido a ideia da natureza como uma construção social (isto é, não existente a priori aos humanos), o que impediu a teorização efetiva de direitos e valores ambientais (KOPNINA, 2012). Kopnina defende uma abordagem ecocêntrica que honre os organismos não humanos e os ecossistemas como igualmente merecedores dos direitos à água (2012). Outros estudiosos sugerem que a ética ambiental é apenas um entre outros sistemas de valores que devem ser equilibrados ao lado dos usos antropocêntricos da água (AL-WESHAH et al., 2016; GROENFELDT, 2010).

7. CONCLUSÃO

A governança ambiental é moldada por valores econômicos, sociais, culturais e ambientais inter-relacionados. A capacidade de enfrentar com sucesso os desafios contemporâneos da água requer uma consideração explícita dessas preocupações éticas. Enquanto a teia de valores complexos inerentes a esses processos e decisões permanecer implícita, arriscamos resultados injustos e insustentáveis tanto a curto como a longo prazo. A abertura de discussões sobre gerenciamento de recursos hídricos para abordar uma gama de ética não levará diretamente, ou necessariamente, a soluções. Soluções não são simples nem diretas. Mas, ao fazê-las, criamos espaço para reconsiderar o que não está funcionando e redefinir as metas, os objetivos e o ônus dos riscos e benefícios. O modelo de comando e controle da gestão de recursos hídricos, impulsionado em grande parte por valores econômicos, não está mais funcionando. No entanto, novas abordagens para a governança sustentável e participativa estão começando a desafiar formas mais antigas de gestão da água através da incorporação de uma gama mais ampla de interessados e compromissos éticos, fornecendo pistas de esperança para atender às demandas de água das pessoas e do meio ambiente até o século XXI.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BABIDGE, S. Contested value and an ethics of resources: Water, mining and indigenous people in the Atacama Desert, Chile. *Australian Journal of Anthropology*, v. 27, n. 1, p. 84-103, 2016. ISSN 10358811. Disponível em: < <http://>

proxy-remote.galib.uga.edu/login?url=http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=sih&AN=114397959&site=eds-live >.

BROWN, P. G.; SCHMIDT, J. J. *Water Ethics*: Washington: Island Press 2010.

BULLARD, R. D. *Dumping in Dixie: Race, Class and Environmental Quality*. Third. Boulder: Westview Press, 2000.

BURKE, K. L. Flint Water Crisis Yields Hard Lessons in Science and Ethics. *American Scientist*, v. 104, n. 3, p. 134, 2016. ISSN 0003-0996.

DANIELL, K.; WHITE, I.; ROLLIN, D. Ethics and participatory water planning. 32nd Hydrology and Water Resources Symposium, 2009. p.p. 1476-p. 1489.

CISNEROS, B.J., OKI, T., ARNELL, N.W., BENITO, G., COGLEY, J.G., DÖLL, P., JIANG, T. and MWAKALILA, S.S., 2014. *Climate Change 2014: impacts, adaptation, and vulnerability. Part A: global and sectoral aspects. contribution of working group II to the fifth assessment report of the intergovernmental panel on climate change*.

DOORN, N. *Water and Justice: Towards an Ethics of Water Governance*. *Public Reason*, v. 5, n. 1, p. 97-113, 06// 2013. ISSN 20657285. Disponível em: < <http://proxy-remote.galib.uga.edu/login?url=http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=hlh&AN=95771161&site=eds-live> >.

_____. *Equity and the Ethics of Water Governance*. In: GHEORGHE, A. V.; MASERA, M., et al (Ed.). *Infranomics: Sustainability, Engineering Design and Governance: Topics in Safety, Risk, Reliability and Quality*, vol. 24. New York and Heidelberg: Springer, 2014. p.155-164.

EAKIN, H. et al. *Opinion: Urban resilience efforts must consider social and political forces*. *Proc Natl Acad Sci U S A*, v. 114, n. 2, p. 186-189, Jan 10 2017. ISSN 1091-6490 (Electronic)

0027-8424 (Linking). Disponível em: < <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/28074032> >.

GERLAK, A.; VARADY, R.; HAVERLAND, A. *Hydrosolidarity and International Water Governance*. *International Negotiation*, v. 14, n. 2, p. 311-328, 2009. ISSN 1382-340X 1571-8069.

GROENFELDT, D. *The next nexus: Environmental ethics, water management and climate change*. *Water Alternatives*, v. 3, n. 3, p. 575, 2010. ISSN 1965-0175.

_____. *Water ethics: a values approach to solving the water crisis*. Routledge, 2013. ISBN 1136241094.

GROENFELDT, D.; SCHMIDT, J. J. *Ethics and Water Governance*. *Ecology & Society*, v. 18, n. 1, p. 1-10, 2013. ISSN 17083087. Disponível em: < <http://>

proxy-remote.galib.uga.edu/login?url=http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=eih&AN=86991022&site=eds-live

<http://www.ecologyandsociety.org/vol18/iss1/art14/ES-2011-4629.pdf> >.

HOURDEQUIN, M. *Environmental ethics: From theory to practice*. Bloomsbury Publishing, 2015. ISBN 1472507835.

IORIS, A. A. R. *The Value of Water Values: Departing from Geography towards an Interdisciplinary Synthesis*. GEOGRAFISKA ANNALER SERIES B-HUMAN GEOGRAPHY, v. 95, n. 4, p. 323-337, 2013. ISSN 04353684. Disponível em: < <http://proxy-remote.galib.uga.edu/login?url=http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=edswss&AN=000334421500003&site=eds-live> >.

JACKSON, S. *Compartmentalising Culture: the articulation and consideration of Indigenous values in water resource management*. *Australian Geographer*, v. 37, n. 1, p. 19-31, 03// 2006. ISSN 00049182. Disponível em: < <http://proxy-remote.galib.uga.edu/login?url=http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=syh&AN=19703431&site=eds-live> >.

KOPNINA, H. *Re-examining culture/conservation conflict: the view of anthropology of conservation through the lens of environmental ethics*. *Journal of Integrative and Environmental Sciences*, v. 9, n. 1, p. 9-25, 2012. ISSN 1943815X. Disponível em: < <http://proxy-remote.galib.uga.edu/login?url=http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=edswsc&AN=000304317600002&site=eds-live> >.

MILMAN, O. *A civil rights 'emergency': justice, clean air and water in the age of Trump*. *The Guardian*. London: The Guardian 2017. Disponível em: < <https://www.theguardian.com/us-news/2017/nov/20/environmental-justice-in-the-age-of-trump> >

PEET, R.; HARTWICK, E. R. *Theories of development: contentions, arguments, alternatives*. Third. New York: Guilford Press 2015. ISBN 9781462519576. Disponível em: < <http://proxy-remote.galib.uga.edu/login?url=http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=cat06564a&AN=uga.9943879333902959&site=eds-live> >.

PRADHAN, R.; MEINZEN-DICK, R. *Which Rights are Right? Water Rights, Culture and Underlying Values*. In: BROWN, P. G. e SCHMIDT, J. J. (Ed.). *Water Ethics: Foundational Readings for Students and Professionals*. Washington: Island Press, 2010. p.39-58.

PRISCOLI, J. D. *What is public participation in water resources management and why is it important?* *WATER INTERNATIONAL*, v. 29, n. 2, p. 221-227, 2004. ISSN 02508060. Disponível em: < <http://proxy-remote.galib.uga.edu/login?url=http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=edswsc&AN=000222304400011&site=eds-live> >.

RAMÍREZ, R. R.; SEELIGER, L.; DI PIETRO, F. Price, Virtues, Principles: How to Discern What Inspires Best Practices in Water Management? A Case Study about Small Farmers in the Yucatan Peninsula of Mexico. *Sustainability*, v. 8, p. 1-16, 2016. ISSN 20711050. Disponível em: < <http://proxy-remote.galib.uga.edu/login?url=http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=fsr&AN=114871159&site=eds-live> >.

ROKEACH, M. *Understanding human values*. Simon and Schuster, 2008. ISBN 1439118884.

SCHMIDT, J. J.; SHRUBSOLE, D. Modern Water Ethics: Implications for Shared Governance. *Environmental Values*, v. 22, n. 3, p. 359-379, Jun 2013. ISSN 0963-2719. Disponível em: < <Go to ISI>://WOS:000319304900004 >.

SULTANA, F. Suffering for water, suffering from water: Emotional geographies of resource access, control and conflict. *Geoforum*, v. 42, p. 163-172, 1/1/2011 2011. ISSN 0016-7185. Disponível em: < <http://proxy-remote.galib.uga.edu/login?url=http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=edselp&AN=S0016718510001442&site=eds-live> >.

_____. Emotional Political Ecology. *The International Handbook of Political Ecology*, p. 633-645, 2015.